

Para compreender a recolonização do Haiti

Franck Seguy

Professor da Université d'État d'Haïti (UEH)

Para entender a recolonização do Haiti

Resumo: A reflexão proposta nas páginas a seguir pretende argumentar a tese de que as políticas internacionais aplicadas nas sociedades onde vigem intervenções estrangeiras, como no caso do Haiti, não podem de modo algum acarretar nem o desenvolvimento, nem a democracia que conclamam, ou mesmo sequer a recuperação da soberania nacional das sociedades em questão. Com efeito, toda a problemática enraíza-se ao redor de um fato comprovado pela história das relações internacionais: na política e nas relações internacionais, a soberania nunca é adquirida uma vez para sempre; ela se merece. E no caso do Haiti, o critério para ter direito ao respeito da comunidade internacional – tratada aqui como Internacional Comunitária – sempre pareceu ser a aptidão à ocidentalização. Assim, para apoiar a nossa tese, a argumentação será desenvolvida em duas partes. A primeira examinará as intervenções estrangeiras realizadas no Haiti durante a sua história e a sua vida de povo, e tentará questionar a concepção de mundo que serve de pano de fundo àquelas intervenções. O segundo estudará a última intervenção da ONU em curso no Haiti desde 2004, e analisará particularmente documentos oficiais recentes que têm proclamado claramente a sua ambição de desenvolvimento do Haiti. Isso deverá permitir captar a essência da liberalização econômica desejada para o Haiti

Palavras-chave: 1. Haiti. 2. Internacional Comunitária. 3. Intervenção estrangeira. 4. Zonas Francas.

Understanding recolonization in Haiti

Abstract: The reasoning proposed in the following pages aims to develop the thesis that the international policies applied in societies, such as in Haiti, in which foreign interventions are in force, can not, by any means, lead neither to development nor democracy as they claim to do, not even to the recovery of the national sovereignty of the societies in case. Actually, all the issue is rooted in a fact demonstrated by the history of international relations: in politics and in international relations, sovereignty is never achieved once and for all; it is always being deserved. And in the case of Haiti, the criterion to have the right being respected by the international community – dealt with here as Communitarian International – has always seemed to be the aptitude to Westernization. Thus, in order to support our thesis, the argumentation will be divided in two parts. The first one will examine the foreign interventions accomplished in Haiti during its history and its life as a people, and will try to question the worldview that underlies those interventions. The second one will study the last intervention of the NU, which has been conducted since 2004, and will particularly analyze recent official documents that have clearly proclaimed their goal of developing Haiti. This will enable to perceive the essence of the economic liberalization aimed at for Haiti

Keywords: 1. Haiti. 2. Communitarian International. 3. Foreign intervention. 4. Free Zones..

Nem rir, nem chorar

Entender

(Spinoza)

No meio do ano de 2010, recebi uma chamada de artigo para a edição de 2011 do Congresso Anual da Sociedade Quebequense de Ciências Políticas (SQSP na sua sigla em francês), e a temática que me foi especificamente encaminhada estava assim formulada: “la mise en place de normes institutionnelles dans les sociétés en conflit”.¹ Para além das ementas, a chamada estabeleceu em rodapé uma listagem de países em conflito: Haiti (1991-), Geórgia e Ossétia do Sul (1992-), Bósnia-Herzegovina (1995-), Croácia (1996-), Kosovo (1999), Sérvia e Montenegro (2001-), Timor Oriental (2002-), Etiópia e Eritreia (2000-), Burundi (2004), República Democrática do Congo (1999-), República da África Central (2002-), Costa do Marfim (2004-), Libéria (2003-), Serra Leoa (1999-), Afeganistão (2003-), Iraque (2003-).

Primeira anotação: o conjunto de países selecionados como estando em conflito encontra-se no continente africano, no Oriente Médio ou no Leste europeu, menos o Haiti, localizado no Caribe. Isto é, os países nos quais o que a retórica política dominante da mal nomeada Comunidade Internacional – que

¹“Instaurando normas institucionais nas sociedades em conflito”.

preferimos chamar de Internacional Comunitária² – desempenha suas intervenções civis e militares se localizam fora da Europa e da América. Quer dizer, fora do epicentro de controle da economia e da política planetárias. Partindo desta constatação bastante simples, pode-se já colocar a seguinte questão: não consistem as intervenções da Internacional Comunitária, antes de tudo, em tentativas de ocidentalizar o mundo, tentativas expressadas em termos como “liberalização econômica”, “democratização política”, “boa governança” ou “modernização”?

A reflexão proposta nas páginas a seguir pretende, a partir do caso concreto do Haiti, argumentar a tese de que as políticas internacionais aplicadas nas sociedades onde vigem intervenções estrangeiras, não podem, de modo algum, promover o desenvolvimento e a democracia que conclamam, nem sequer a recuperação da soberania nacional das sociedades em questão. Com efeito, toda a problemática enraíza-se ao redor de um fato comprovado pela história das relações internacionais: na política e nas relações internacionais, a soberania nunca é adquirida uma vez para sempre; ela se merece. E no caso do Haiti, o critério para ter direito ao respeito da Internacional Comunitária sempre pareceu ser a aptidão à ocidentalização.

Sendo que, “a partir da conformação colonial do mundo entre ocidental ou europeu (concebido como o *moderno*, o *avançado*) e os ‘Outros’, o resto dos povos e culturas do planeta” (LANDER, 1993, p. 16), a alteridade do pensamento

2 O conceito de *Internacional Comunitária* é uma criação inovadora de Jean Anil Louis-Juste, assassinado por sua militância política poucas horas antes do terremoto de 12 de janeiro de 2010. O conceito foi criado num estudo a respeito da formação social haitiana para designar as instituições tanto nacionais quanto internacionais e seu complexo ideológico-político chamado de “Comunidade Internacional”, mas cujo papel é derrotar toda luta que procura se embasar na Internacional Comunista (LOUIS-JUSTE, 2003). Adotamos o conceito da Internacional Comunitária ao invés daquele de Comunidade Internacional para resgatar o fato de que, internamente, são sociedades de classes, profundamente divididas por contradições e antagonismos e que, externamente, o que essa chamada comunidade consegue de melhor, desde a sua existência, é reproduzir o quadro estrutural hierárquico de subordinação entre países centrais e países periféricos.

moderno/colonial não deixa nenhum espaço para a diversidade/diferença,³ o Haiti é assim somado a escolher entre resistir, assimilar-se ou aniquilar-se.⁴

Um historiador norte-americano, Schmidt, relata o seguinte pronunciamento emitido pelo subsecretário do Estado, William Philipps, em relação à República do Haiti: “Trata-se de um povo inferior, incapaz de manter o grau de civilização que lhe deixaram os franceses ou de desenvolver a mais mínima aptidão à autonomia que lhe daria direito ao respeito e à confiança da comunidade internacional” (PHILIPPS *apud* CHOMSKY, 2006).⁵ Depois de ter citado essa proclamação feita sem meias-palavras ou sequer minimamente preocupada com o politicamente correto vigente nos tempos de hoje, Noam Chomsky acrescenta o seguinte comentário:

“Inútil falar da civilização que os franceses tinham deixado a 90% da população [haitiana]. Um antigo escravo contava que “penduravam as pessoas de cabeça para baixo, afogavam-nos em sacos, crucificavam-nos sobre tábuas, enterravam-nos vivos, esmagavam-nos em almofarizes [...], forçavam-nos a comer merda, [...] descartavam-nos vivos para serem devorados pelos vermes, ou sobre formigueiras, ou ainda prendiam-nos firmemente em piquetes nos matos para serem devorados pelos mosquitos, [...] lançavam-nos em caldeirões de xarope de bengala em efervescência” – isto, quando “não os esfolavam às chicotadas” a fim de extrair a riqueza que contribuiu para dar à França o seu ingresso no clube dos ricos.” (CHOMSKY, 2006)

3 O prêmio Nobel de Literatura em 2010, o novelista peruano Mario Vargas Llosa, chegou à iluminadora conclusão de que “não existe solução senão modernizar os índios, mesmo que seja preciso sacrificar suas culturas, para salvá-los da fome e da miséria. Não há mais solução senão modernizar os índios, embora seja preciso sacrificar suas culturas para salvá-los da fome e da miséria” (GALEANO, 2010).

4 Num texto publicado em 2006, Ramón Grosfoguel escreveu: “Nos últimos 510 anos do ‘sistema-mundo patriarcal/capitalista colonial/moderno europeu/euro-americano’, passamos do ‘cristianiza-te ou dou-te um tiro’ do século XVI, para o ‘civiliza-te ou dou-te um tiro’ do século XIX, para o ‘desenvolve-te ou dou-te um tiro’ do século XX, para o recente ‘neoliberaliza-te ou dou-te um tiro’ dos finais do século XX e para o ‘democratiza-te ou dou-te um tiro’ do início do século XXI. Não houve respeito nem reconhecimento pelas formas de democracia indígenas, fossem elas africanas, islâmicas, ou outras não-europeias. A forma liberal da democracia é a única aceita e legitimada. As formas outras de democracia são rejeitadas. Se a população não-europeia não aceita as condições da democracia liberal euro-americana, esta é imposta pela força em nome da civilização e do progresso” (GROSGOUEL, 2006, p. 66-67).

5 As citações de Chomsky (2006) podem ser acessadas no Capítulo 8 da versão eletrônica da sua obra disponível em http://www.chomsky.fr/livres/an501_08.html.

Não é talvez supérfluo recordar, mesmo rapidamente, que os colonizadores franceses, para além do modelo de violência instituída acima relatado, não tinham deixado nenhum vestígio material de outras instituições culturais na colônia de Saint-Domingue tornada República do Haiti, fora a Igreja católica romana. O historiador Jean Fouchard, após ter mostrado até que ponto tomava-se precauções para se assegurar de que os negros não aprenderiam a ler, cita as palavras de um dito Sr. De Villaret:

“O Governo francês reconheceu que a necessidade de estender e generalizar a instrução – conveniente sem dúvida à educação de um povo livre – é incompatível com a existência das nossas colônias baseadas na escravidão e na distinção de cor... seria, por conseguinte uma imprudência bem perigosa tolerar escolas para os negros e para as pessoas de cor” (DE VILLARET *apud* FOUCHARD, 1988, p. 62).

No entanto, o julgamento circular do subsecretário de estado conferiu-lhe bastante autoridade para preconizar “uma política de invasão e instauração de um governo militar norte-americano, uma ideia que o presidente Woodrow Wilson adotou logo” em 1915, quando, sem nenhuma forma de tergiversação, simplesmente decidiu ocupar militarmente o Haiti (CHOMSKY, 2006).

Assim, para apoiar a tese acima avançada, a argumentação será desenvolvida em duas partes. A primeira examinará as intervenções estrangeiras realizadas no Haiti durante a sua história e a sua vida de povo, e tentará questionar a visão de mundo que serve de pano de fundo àquelas intervenções. O segundo estudará a última intervenção da ONU em curso no Haiti desde 2004, e analisará particularmente dois documentos oficiais mais recentes que têm proclamado claramente a sua ambição de desenvolvimento do Haiti. Isso deverá permitir captar a essência da liberalização econômica desejada para o Haiti, e o verdadeiro caráter do imperialismo humanitário que urra nesse pequeno país ocupado do Caribe.⁶ Com efeito, como observa Jean Bricmont:

6 Deve-se chamar a atenção que aquele congresso da SQSP acima referido. No “*Instaurando normas institucionais nas sociedades em conflito*”, documento que circulou por email, se propunha um duplo objetivo: “Por um lado, trata-se de estabelecer um balanço das intervenções (da comunidade internacional) e seu impacto sobre as sociedades alvas. Por outro, as contribuições tentarão esboçar um modelo de intervenção internacional eficaz, tendo em conta as experiências sociais em questão”.

“Uma das características do discurso dominante, da direita à esquerda, mesmo indo bastante próximo do lado ‘dos extremos’, é que a ética política hoje é dominada inteiramente pelo que se poderia chamar o imperativo de ingerência. [...] O direito de ingerência humanitário não somente é admitido de modo muito geral, mas frequentemente tornou-se ‘um dever de ingerência’.” (BRICMONT, 2006, p. 26)

Há de se apostar que este cegamento intelectual coletivo, cuja expressão política concreta leva a um alinhamento sobre a posição dos Estados Unidos da América, resulta de “certo número de confusões, reflexos ideológicos e boas intenções misturados a uma ausência de análise” (*idem, ibidem*). E, o todo alimentado pela indigência reflexiva ambiental e uma inquietante ignorância da história que, analisadas em relação às suas consequências concretas, quase autorizariam identificar nestas imposturas intelectuais uma contribuição cúmplice às atrocidades que permeiam o balanço das intervenções militares internacionais. É para não nos rendermos à chamada das sirenes desta nova ética política, que elege o imperativo de ingerência como seu dogma axiomático, que a história será invocada ao longo de toda a reflexão a seguir.

A conquista continua: da fundamentação filosófica das intervenções no Haiti

Em 1993, em plena intervenção norte-americana do Haiti, decorrente do golpe militar de 30 de setembro de 1991, um intelectual norte-americano dos mais respeitados mundialmente, publica um livro com um título bastante provocador: *Year 501: The Conquest Continues* [Ano 501: A conquista continua] (CHOMSKY, 1993). Não há dúvida de que Noam Chomsky, através desse título, quis chamar a atenção para a continuação ininterrupta da conquista do mundo. Porém, parece-nos igualmente relevante destacar que a conquista em questão foi inaugurada em 1492, quando o navegador genovês, Cristóvão Colombo, financiado pela rainha e o rei da Espanha, e os banqueiros de Gênova, desembarcou no que desde então passou a ser chamado convencionalmente de *Novo Mundo* – como se começasse a existir, de repente, só com a invasão europeia.

Este ano zero parecia marcar não só a história do dito Novo Mundo, mas também a de todo o planeta. Por exemplo, se hoje é unanimemente reconhecido

o progresso científico como fator essencial para o desenvolvimento de um povo ou uma cultura, ou mesmo da humanidade, também se reconhece 1492 como o evento por excelência que levou à realização subsequente das revoluções científicas. Um texto pertinente editado pela Unesco em 1979, chamado *La science et les facteurs de l'inégalité – Leçons du passé et espoirs de l'avenir* [A ciência e os fatores da desigualdade – Lições do passado e esperanças para o futuro], e organizado pelo historiador francês Charles Morazé, trata do impacto das ciências modernas sobre o desenvolvimento. Nele é reconhecido sem nenhuma possibilidade de equívoco a invasão das Américas por Colombo como sendo o ponto de partida. Isto é, na história humana ocidentalizada existe um antes e um depois de 1492. No entanto, falar de 1492 leva inevitavelmente a falar em “colonialismo e atividades de exploração” (MORAZÉ, 1979, p. 21). Nesta altura, o papel do Haiti não tem sido pouco.

Na verdade, no dito *Novo Mundo*, a terra do Haiti tem sido a primeira a conhecer os primeiros contatos com os europeus – consequentemente, a primeira a experimentar o colonialismo e as atividades exploradoras. A intensidade dessas atividades foi tal que em menos de meio século os habitantes nativos foram exterminados.

Em relação à demografia da ilha do Ayiti, batizada Hispaniola pelos espanhóis, não há precisão matemática. O costume da época consistia em fazer a contagem apenas das pessoas em idade para trabalhar (quatorze anos em diante), deixando de lado os idosos e as crianças. No entanto, uma contagem realizada em 1496, a fim de um *repartimiento*,⁷ exibiu o número de 1,13 milhão habitantes. Em 1530, isto é, 34 anos mais tarde, uma nova contagem confirma que não sobrou mais de 100 indígenas no território (SOARES, 1976, p. 20-21). É evidente que os métodos mais apavoradores de crueldade (enterro vivo, cães selvagens, esquartejamento) tinham sido inventados para levar essas pessoas a duvidarem de sua humanidade até se considerarem menos que nada. De acordo com documentos citados pelo historiador haitiano Jean Fouchard, Cristóvão Colombo teria ordenado a um tal Pedro Margarit, em data de 9 de abril de 1494: “entre outras coisas, que cortem os narizes e orelhas dos índios que fugirem” (FOUCHARD, 1988, p. 366).

7 O *repartimiento* é uma distribuição de terras e pessoas a serem utilizadas como escravas e escravos na exploração daquelas terras.

Somente bem depois é que as fábricas de propagandas se mostravam preocupadas em corrigir a tabela. Em 1776, por exemplo, um Adam Smith dirá que Colombo encontrou “nada mais do que um país inteiramente coberto com florestas, não cultivado e preenchido de apenas algumas tribos selvagens nuas e miseráveis” (SMITH, 1981, v, 2, p. 559). Hegel constatou que “no Novo Mundo (...), o que aconteceu no tempo moderno, é que, embora o país atlântico tivesse tido uma civilização própria quando foi descoberto pelos europeus, esta civilização foi destruída logo depois desse primeiro contato: a submissão do país assinou sua perda” (HEGEL, 2006, p. 231). No entanto, não é tanta culpa dos europeus, porque “tratava-se de uma civilização completamente natural e que, portanto, devia desagregar-se no primeiro contato com o Espírito” (*idem, ibidem*, p. 232). E não havia alternativa, dado que “a inferioridade daqueles indivíduos em todos os aspectos, até pela altura, se mostra em tudo (...). Mesmo nos animais, encontra-se a mesma inferioridade vista nos homens” (*idem, ibidem*). Dito de outra maneira, eles não sobreviveram, pois não mereciam viver. Ponto e pronto!

O filósofo alemão acreditava que essa inferioridade dos autóctones americanos

“fora uma das principais razões para a importação de negros nas Américas: trouxeram-nos com efeito para explorar, nos labores, suas forças, devido à sua melhor aptidão de assimilar a civilização europeia, quando comparados com os americanos” (*idem*, p. 234).

Assimilar-se ou perecer: eis a única alternativa de um povo a partir do momento em que se encontra frente à civilização europeia. Ou, digamos, tão logo que se encontra invadido pela civilização branca / europeia / ocidental / moderna / colonial / escravista. O próprio conceito de “civilização” tornou-se gradualmente sinônimo de “civilização europeia ou ocidental” (HOBSBAWM, 2007, p. 11).

Sabe-se, como lembra Walter Mignolo, que “a hierarquia depende de quem está em posição de poder para decidir sobre o modelo e de onde está situado em relação a este” (MIGNOLO, 2007, p. 41). Pois, se Hegel estima os negros mais aptos a se ocidentalizar, “a se assimilar à civilização europeia” de que os indígenas das Américas, também observa que “na África propriamente dita (...)

vemos o homem em um estado de barbárie e selvageria que ainda o impede que seja parte da civilização” (HEGEL, 2006, p. 247). Finalmente,

“O homem, na África, é o homem na sua imediação. O homem como homem se opõe à natureza e assim se torna homem. (...) O negro representa o homem natural em toda sua barbárie e falta de disciplina. (...) Não se pode encontrar nada no seu caráter que combina ao humano”. (*idem*, p. 251).

Portanto, é perfeitamente lógico que Hegel chegasse à conclusão de que:

“A escravidão contribuiu para suscitar um maior sentido de humanidade nos negros [para os quais], a escravidão é em si mesmo um momento de progresso em relação à mera existência isolada e sensível, um momento da educação, uma espécie de participação a uma vida ética e cultural superior (...). Por essa razão é que a eliminação gradual da escravidão é mais oportuna e mais justa de que sua abolição brutal.” (*idem*, p. 259-260).

Não se pode inventar maior justificativa para a desumanização!

Ressaltar-se-á que essa categorização de barbárie e selvageria é anterior a Hegel. Trata-se provavelmente de um empréstimo feito ao muito católico Bartolomeu de Las Casas que, na sua *Apologética História Sumária* (1552), inspirou-se em Aristóteles para estabelecer quatro categorias de “bárbaros” (MIGNOLO, 2007, p. 43-44). A primeira compreendia os grupos humanos com condutas estranhas ou violentas e cujo sentido da justiça, da razão, os modais ou a generosidade (“benignidade”) era aberrante. Em seguida, todos os povos cujo idioma carecia de uma “locução literal que respondesse da mesma maneira que respondem nossas locuções ao latim”). De acordo com Las Casas, o latim seria a condição que garante a verdade de qualquer enunciado. Essa categoria abrange também qualquer povo que não se dedicaria a estudar as “letras”: a poesia, a retórica, a lógica, a história e os demais campos de conhecimento que constituem a “literatura” no sentido amplo do termo, isto é tudo aquilo que se escreve com escritura alfabética, mais especificamente, utilizando as letras do alfabeto latino. A seguir, os povos que não contavam com um sistema básico de governabilidade, especificamente, o direito e o Estado – que vivem num estado natural, para falar como Hobbes e Locke. Por fim, aqueles que, apesar de

contarem com um sistema de direito e um Estado, não teriam “uma religião verdadeira nem a fé cristã”.

Mignolo chama a atenção de que Las Casas trouxe, com essa categorização, uma importante contribuição no imaginário racial do mundo moderno/colonial. Não necessariamente ao afirmar simploriamente “tu és negro ou índio, portanto, tu és inferior” senão ao afirmar “não és como eu, portanto és inferior” (*idem*, p. 43). O que representa uma peça-chave na essencialização, naturalização e apropriação do Outro, quer dizer, sua inferiorização e coisificação, tomando-lhe assim todo seu direito à autodeterminação, portanto, à soberania. Não há dúvida que, aos olhos da Internacional Comunitária, o Haiti faz parte da terceira categoria de povos bárbaros de Las Casas. Por isso é que o Haiti tem que fazer a prova da democratização e boa governança – um dos três eixos da abordagem global das intervenções da Internacional Comunitária nesses últimos dias, ao lado da liberalização da economia e do reforço do sistema de segurança (reforma do direito, da justiça, das forças armadas).

Essa retórica abertamente imperial, classificando o mundo entre seres superiores e inferiores, foi a que Ramón Grosfoguel tentou denunciar no trecho seguinte:

“Ao esconder o lugar do sujeito da enunciação, a dominação e a expansão coloniais europeias/euro-americanas conseguiram construir por todo o globo uma hierarquia de conhecimento superior e inferior e, conseqüentemente, de povos superiores e inferiores. Passamos da caracterização de ‘povos sem escrita’ do século XVI, para a dos ‘povos sem história’ dos séculos XVIII e XIX, ‘povos sem desenvolvimento’ do século XX e, mais recentemente, ‘povos sem democracia’ do século XXI. Passamos dos ‘direitos dos povos’ do século XVI [...], para os ‘direitos do homem’ do século XVIII (filósofos iluministas), para os recentes ‘direitos humanos’ do século XX. Todos estes fazem parte de desenhos globais, articulados simultaneamente com a produção e a reprodução de uma divisão internacional do trabalho feita segundo um centro e uma periferia, que por sua vez coincide com a hierarquia étnico-racial global estabelecida entre europeus e não-europeus.”
(GROSGOUEL, 2006, p. 47-8)

Voltando a Hegel, caso as afirmações feitas pelo grande pensador da *Aufklärung* não bastassem para convencer do porquê a revolução haitiana que

aboliu a escravidão é considerada uma anomalia no âmbito das relações internacionais. Dito sem meias-palavras, um povo de negros, escravizados, de origem africana e que conseguiu uma revolução vitoriosa através da qual, em vez de esperar a eliminação gradual da escravidão, ele preferivelmente a aboliu brutalmente, esse povo sempre será tratado de forma suspeita num mundo governado pelo pensamento moderno/colonial.

E toda a história do Haiti não faz senão confirmar a anomalia de um Haiti livre, soberano e autodeterminado. O antropólogo Ira Lowenthal destaca,

“mais que a segunda mais antiga república do Novo Mundo, mais mesmo que a primeira república negra do mundo moderno, o Haiti foi a primeira nação livre de homens livres a aparecer na constelação nascente das colônias europeias do Ocidente, ao mesmo tempo resistindo a elas” (*apud* CHOMSKY, 2006).

Os dois séculos de relações entre as duas mais velhas repúblicas do Novo Mundo ilustram mais uma vez a persistência dos temas políticos fundamentais, as suas raízes institucionais e os elementos culturais que os acompanham. Num texto intitulado *Haití: los pecados de Haití*, publicado no início de 2010, uma semana após o terremoto, Eduardo Galeano recorda:

“Nem sequer Simón Bolívar, que tão valente soube ser, teve a coragem de firmar o reconhecimento diplomático do país negro. Bolívar conseguiu reiniciar a sua luta pela independência americana, quando a Espanha já o havia derrotado, graças ao apoio do Haiti. O governo haitiano havia-lhe entregue sete navios e muitas armas e soldados, com a única condição de que Bolívar libertasse os escravos, uma ideia que não havia ocorrido ao libertador. Bolívar cumpriu com este compromisso, mas depois da sua vitória, quando já governava a Grande Colômbia [a atual Colômbia, o Equador, o Panamá e a Venezuela], deu as costas ao país que o havia salvo. E quando convocou as nações americanas à reunião do Panamá, não convidou o Haiti, mas convidou a Inglaterra” (GALEANO, 2010a)

Logo proclamada sua independência, o Haiti já se tornava objeto de desejo e rivalidades entre as grandes potências da chamada “comunidade internacional”, França, Alemanha, Grã-Bretanha e Estados Unidos. O historiador Leslie Manigat, em uma análise da conjuntura de 1910-1911, nota que um dignitário haitiano suspeitava que a Alemanha e a França tivessem “um

conjunto de planos para uma ocupação disfarçada do país” (MANIGAT, 2004, p. 244). Estes dois países, no entanto, adversários obstinados desde 1870, não tiveram dificuldades para trabalhar juntos logo que se tratara de Haiti. Do mesmo modo, o governo inglês também tinha decidido pôr entre parênteses suas rivalidades com os Estados Unidos para alinhar-se à política norte-americana no Haiti. A seguinte nota enviada pelo governo inglês confirma o perfeito casamento: “A Inglaterra não mais enviará navios de guerra às águas do Haiti, exceto para proteger os interesses americanos” (*idem*, p. 246).

O mesmo Manigat cita um documento de 1909, firmado pelo embaixador francês no Haiti, no qual, o interessado dirige-se ao *Quai d’Orsay* na seguinte forma: “Os verdadeiros adversários dos Estados Unidos no Haiti não eram os franceses, mas os alemães” (*idem*, p. 245). Ou seja, no seu próprio território, os haitianos nunca foram considerados um real interlocutor. Assim, a questão colocada na chamada de comunicação da SQSP: “Em que medida a tomada e aplicação das decisões sem nenhuma deliberação ou negociação coletiva contribuem ou não a criar nas populações destinatárias um sentimento de indiferença ou mesmo de frustração?” não questiona uma exceção ou um erro, ainda menos uma negligência.

Era norma das intervenções da Internacional Comunitária de passar por cima da soberania nacional dos povos. De resto, não há como intervir na vida de um povo e se manter sem humilhá-lo sistematicamente. Sem contar que a ONU não é senão uma instituição a serviço do imperialismo. Até por que todas as intervenções militares realizadas sob o comando dela, sem exceção, prosseguem somente pelo objetivo de defender os interesses imperialistas. O Haiti, no caso que nos diz respeito, não pertence aos haitianos: é apenas o campo dos jogos de interesses das grandes potências do mundo moderno/colonial que disputam o controle do planeta.

Entre as diferentes razões pelas quais o Haiti era objeto de tantas cobiças, podemos destacar com Manigat: 1) sua posição geoestratégica no caminho ao canal de Panamá, com a Môle Saint-Nicolas considerada “o Gibraltar do Novo Mundo”; 2) a necessidade de transformação econômica do Haiti (sua liberalização) e de cumprir seu papel na divisão internacional do trabalho; 3) o controle do seu comércio exterior; 4) sua dívida externa; 5) a

necessidade de comprovar que uma república negra é incapaz de se autogovernar (*idem*, p. 246-7).

Este último ponto é chave para tratar do Haiti. Em 1917, na ocasião de uma visita ao Haiti quando da sua ocupação pelos Estados Unidos, o subsecretário do Estado da Marinha, Franklin Delano Roosevelt, registrou no seu diário íntimo um comentário de seu companheiro de viagem, o qual se tornou depois o principal responsável civil das forças invasoras. Fascinado pelo ministro haitiano da Agricultura, o companheiro de Roosevelt lhe disse o seguinte: “não consigo deixar de dizer para mim mesmo que este homem poderia ser vendido por 1.500 dólares num leilão de Nova Orleans, em 1860, para ser usado como reprodutor”. E Chomsky acrescenta, citando o historiador norte-americano Schmidt: “parece que Roosevelt gostou da história e contou-a de novo ao ministro americano Norman Armour quando da sua visita ao Haiti como presidente em 1934” (CHOMSKY, 2006).

Eduardo Galeano observa que “a história do assédio contra o Haiti, que nos nossos dias tem dimensões de tragédia, é também uma história do racismo na civilização ocidental” (GALEANO, 2010a). Mais de uma década antes dele, Chomsky tinha considerado “um erro não levar em conta [o peso do] o racismo na elaboração das políticas, [o que] ainda vale para hoje” (CHOMSKY, 2006). Contudo, mais do que um erro, não se poderia simplesmente considerar toda atitude contrária como um sinal de ingenuidade?

Do interesse das intervenções desinteressadas no Haiti

Parece um exercício difícil nesses tempos modernos deparar-se com uma intervenção estrangeira que admite claramente os interesses dos invasores. Todas elas põem à frente os benefícios que pretendem levar de maneira condescendente, altruísta e desinteressada. Jean Bricmont capta essa prática nas seguintes palavras:

“Quando as pessoas exercem seu poder sobre outras, sejam elas patrões, aristocratas, ditadores, monarcas, burocratas ou colonos, elas precisam de uma ideologia justificadora. E a forma abstrata desta justificação é quase sempre a mesma: quando X exerce um poder sobre

Y, ele o faz 'por seu bem'. Em outras palavras, o poder se apresenta sempre como altruísta.” (BRICMONT, 2006, P. 37).

Na verdade, impõe-se uma “tradição nos historiadores (e quase toda a ciência ocidental) em olhar o mundo colocando-se na perspectiva proposta pelos grandes Estados e seus colonistas, ou na dos Estados-nações nascendo da Europa ocidental”. (BAYLY, 2007, P. 71). Ou ainda, na das instituições supranacionais chamadas de comunidade internacional – a Internacional Comunitária. Longe de ajudar a entender a realidade dos países ocupados, chamados países em conflito, essa tradição não pode senão apagá-la. Em 1492, Cristóvão Colombo desembarca para trazer Deus e a civilização. Isso não impediu que no seu diário íntimo da “Descoberta” – para ele, mas da Conquista para nós – encontra-se 139 vezes a palavra OURO enquanto as palavras DEUS ou NOSSO SENHOR são encontradas apenas 51 vezes. (GALEANO, 2010). É justamente para buscar ouro que o conjunto da população autóctone fora assassinado pelas piores atrocidades que a mente humana já imaginou. Também é por isso, como afirmou Hegel, que milhões de negros africanos foram levados às Américas para perecer nas mesmas condições. “Os europeus tornaram-se rapidamente os melhores logo que se tratava de matar” observa no seu livro *The Birth of the Modern World*, o historiador britânico e professor de história especializada da colonização na Universidade de Cambridge, Christopher C. Bayly (2007, P. 13).

Em 1915, a Marinha dos Estados Unidos invadiu o Haiti. Logo, o governo norte-americano impôs ao pequeno país caribenho um documento unilateral que chama de “tratado” pelo qual pretendia-se que imposição é feita aos invasores de manterem a ocupação. F. D. Roosevelt orgulhou-se de ter escrito sozinho uma nova Constituição para o Haiti. Essa nova constituição anulava todas as leis haitianas que impediam aos estrangeiros tornarem-se proprietários de terras no Haiti.⁸ Isto é, Roosevelt reformou o Direito e a justiça do Haiti para

8 Não é raro considerar os haitianos como um povo cujo sentimento nacional é a segunda natureza. Um subsecretário do Estado norte-americano, Elihu Root, descreve esse sentimento como sendo “a principal dificuldade nas relações com esse país”. O nacionalismo haitiano era tal que, logo após a independência, foi estabelecido um tipo de escudo jurídico que impedia aos estrangeiros possuírem bens e gozarem de facilidades comerciais. Essas mesmas leis impugnavam freios nas atividades das empresas privadas estrangeiras, a fim de impedi-las de interferir nos assuntos internos do país (cf. CONSTITUTION OF HAITY, 1805).

subtrair tudo que, até então, simbolizava a vontade de soberania nacional e autodeterminação do país. A partir deste momento, as sociedades norte-americanas podiam se apoderar de tudo que queriam. Assim, a *Haytian American Sugar Company* (Hasco) não demorou em apoderar-se de 7532 hectares de terras; a *Haytian Products Company*, 3.166 hectares; HADC, 4.410 hectares... Em 1943, a Sociedade Haitiana de Desenvolvimento Agrícola (SHADA) se apoderou de 12403 hectares de terras plantadas em sisal. Janil Lwijis observa que “essas terras são localizadas em Cabo Haitiano, Bayeux, Cayes, Grand’Anse, Saint-Marc e Gonaïves” (LWIJIS, 1993, p. 51). Quer dizer, nos polos econômicos mais estratégicos de sobrevivência do país.

Uma parte das consequências das medidas de Roosevelt e da intervenção do imperialismo norte-americano sobre a utilização das terras férteis nos campos haitianos foi sintetizada por Gérald Brisson:

“Por volta de 2308 chefes de explorações controlam uma superfície de 66,62% das terras adequadas para o cultivo, usando apenas 6,73%. [...] O escândalo mais grave ocorreu quando em agosto de 1942, a Rubber Reserve Corporation decidiu dedicar à produção de borracha 20% das terras em cultivo no Haiti na época. Essa decisão atendia unicamente às necessidades da economia de guerra dos EUA. Nosso país era escolhido para pagar a perda das plantações [norte-] americanas de borracha de Malásia e Indonésia apreendidas pelos imperialistas japoneses.” (BRISSEON, 1968, p. 24).

Porém, de acordo com Roosevelt, sua Constituição e “os métodos bastante tirânicos para impor sua adoção” eram todos necessários (*apud* CHOMSKY, 2006). Pois, argumenta:

“Era evidente que se nossa ocupação devesse ser benéfica ao Haiti e favorecer seu progresso⁹, era preciso fazer vir capitais estrangeiros no Haiti [...] dificilmente podia esperar que os [norte-]americanos investem seu dinheiro em plantações e grandes empresas agrícolas no Haiti se não podiam ser eles próprios proprietários do terreno onde seu dinheiro ia ser gasto.” (*idem, ibidem*).

Outra consequência das medidas de Roosevelt:

9 O conceito de desenvolvimento ainda não era moda como hoje.

“Quanto aos habitantes que cultivavam essas terras, foram obrigados seja a se transformar em cortadores de cana nas plantações norte-americanas na República Dominicana ou em Cuba (é a primeira grande migração política organizada diretamente pelos governos) seja permanecer para trabalhar como operários agrícolas nas suas próprias terras das quais acabavam de ser expulsos.” (LWIJIS, 1993, p. 51).

A ocupação “suprimiu persistentemente as instituições democráticas locais e privou a população das liberdades políticas fundamentais”, de acordo com Schmidt, citado por Chomsky, que, na hipótese extrema de que a ocupação podia ter sido uma opção razoável, acrescenta:

“Em vez de partir das instituições democráticas existentes que, no papel, eram realmente impressionantes e tinham desde muito tempo integrado a filosofia da democracia liberal e do aparato governamental inspirado da revolução francesa, os Estados Unidos as esmagaram descaradamente e impuseram ilegalmente o seu próprio sistema autoritário e antidemocrático” (SCHMIDT *apud* CHOMSKY, 2006).

Um exemplo claro do total desprezo de qualquer forma de instituições democráticas não ocidentais/liberais/coloniais/modernas. “A execução de uma agricultura de plantações dominadas pelos estrangeiros necessita a destruição do sistema de posse da terra em minifúndio, com seus inúmeros camponeses livres proprietários” (*idem, ibidem*). Esses foram obrigados a se tornarem diaristas.

Esse desmantelamento uma vez concluído, o Haiti se tornara rapidamente “uma oportunidade de ouro para os investidores (norte-) americanos”, de acordo com um diário de New York, que, em 1926, acrescentou: “O haitiano médio é hábil com as mãos, é facilmente dirigido e produz uma dura jornada de trabalho por 20 centavos, enquanto no Panamá, o mesmo trabalho custa três dólares diário” (CHOMSKY, 2006). Não é preciso muita inteligência para entender que quando as usinas de montagem norte-americanas saltam de 13 em 1966, para 154 em 1891, era justamente para explorar essa mão-de-obra barata. Trata-se da famosa indústria de terceirização (*sous-traitance*) propulsada pelo liberalismo econômico promovido desde a chegada de Jimmy Carter ao poder.

Em 1982, foi o presidente Ronald Reagan que apresentou à Organização dos Estados das Américas (OEA) um programa chamado *Caribbean Basin Initiative* (CBI) cujo objetivo era transformar a região do Caribe,

principalmente o Haiti, numa bacia produtora de mão de obra barata (BAKAN et al., 1993, p. 2). É exatamente nesse contexto que ocorreu a matança sistemática do rebanho suíno haitiano a fim de acelerar a destruição da agricultura camponesa, providenciar a contratação de haitianos para as plantações de cana, os *bateys* da República Dominicana e aumentar o exército industrial de reserva em Porto Príncipe. (LEMOINE, 1981).

É interessante notar que as estratégias deste programa chamado CBI eram baseadas apenas em montadoras e exportações agroalimentares. O que teve como consequência dedicar às culturas para exportação 30% das terras até então cultivadas para consumo local. A USAID congratulou-se desta “mudança histórica rumo a uma interdependência mais profunda do mercado (haitiano) para com os Estados Unidos” (CHOMSKY, 2006).

No entanto, na época da intervenção dos *Marines*, em 1915, jornais como o New York Times viam apenas uma “intervenção desinteressada, motivada quase que exclusivamente pelo desejo de levar paz a pessoas atormentados por repetidas revoluções”. Até por que “o povo da Ilha devia se dar conta de que (o governo dos Estados Unidos) é seu melhor amigo”. E impulsionados por essa doce amizade, os Estados Unidos queriam “corrigir, aconselhar e instruir” o povo haitiano, dando-se assim a garantia de que definitivamente este “seria curado de seu hábito de se rebelar e que aprenderia como trabalhar e viver bem” (*idem, ibidem*).

Sendo um país com uma história singular, as intervenções estrangeiras no Haiti também adotam abordagens específicas. Geralmente acontecem em momentos reivindicativos para frear a progressão de uma luta social ou popular em plena ascensão. Jamais para frear uma guerra civil ou étnica. Jamais! Aliás, não há etnias no Haiti.

Em 1994, o governo Bill Clinton, em nome da Internacional Comunitária e com o aval das Nações Unidas, intervém no Haiti oficialmente para reestabelecer a ordem democrática, constitucional. Várias missões da ONU se revezaram no país durante este final de século para deixá-lo já pronto para a próxima intervenção. Entretanto, seu balanço mais eloquente foi a privatização das empresas públicas consideradas mais rentáveis, empurrando assim trabalhadores muito jovens à aposentadoria forçada, disfarçada sob o nome de *départ volontaire* [saída voluntária]. Estes são regularmente expulsos da

República Dominicana, diariamente repatriados pela guarda costeira dos Estados Unidos da América. Boa parte deles – delas, para ser mais exato – tenta enganar o desemprego fazendo pequenas atividades de camelôs nas calçadas de Porto Príncipe. Outros e outras, é claro, radicalizam-se na ociosidade.

Depois de quase uma década de ocupação da Missão das Nações Unidas pela Estabilização do Haiti (MINUSTAH) – sem esquecer das intervenções militares 1915 e 1994 – é preciso observar a mudança de discurso e de ideologia justificadora da dominação imperialista no Haiti. Hoje em dia, já não é mais o cristianismo, nem a “missão civilizadora”, que legitimam as intervenções da bondosa e benevolente Internacional Comunitária. Estes cederam lugar para o discursos dos direitos humanos e a democracia – que convém impor e salvaguardar a qualquer preço – que se tornam a ideologia legitimadora do direito/dever à ingerência do mais forte. (BRICMONT, 2006, P. 37).

A dificuldade vem provavelmente do fato de que, apesar de sua ideologia legitimadora, toda relação de dominação é, em última instância, militar. Por isso é que nenhum discurso até hoje não consegue poupar à Internacional Comunitária da obrigação de invadir militarmente o Haiti sempre que surge a necessidade. Desta vez, procura-se por todos os meios fazer com que a MINUSTAH seja a última invasão militar na terra haitiana. Para alcançar esse objetivo, procura-se não só assegurar a permanência da MINUSTAH o maior tempo possível, renovando cada ano seu mandato sem jamais assumir que o país está sob ocupação militar, mas (e é o mais importante), esforça-se sistematicamente para exorcizar qualquer tendência de rebelião popular. Daí qualquer portador de discurso ou ideologia contrária representa automaticamente um alvo a eliminar. Essa categoria é a que os elaboradores do projeto de “Comissão de defesa e segurança nacionais” têm na linha de visão quando pretendem outorgar a seu Serviço de Inteligência Nacional (SIN) redinamizado o objetivo de “policiar as organizações e movimentos extremistas destinados a semear a anarquia no país” (COMMISSION DE DEFENSE ET DE SECURITE NATIONALES, 2011, P. 8).

Esta é uma clara reminiscência do decreto anticomunista de 1968 pelo qual o regime de François Duvalier – conhecido por “Papa Doc” – procurou arrebanhar qualquer desejo mínimo de transformação da sociedade. Lembramos que este decreto considerava o marxismo-leninismo incompatível com a ordem

social, política e econômica haitiana, e caracterizava como crime contra a segurança do Estado, e passível de pena de morte, qualquer atividade comunista sob qualquer forma que fosse: conferências, discursos, conversas, leituras, reuniões públicas ou privadas, folhetos, pareceres, periódicos, revistas, jornais, brochuras, livros, imagens, todas correspondências escritas ou verbais com associações, sejam locais, sejam estrangeiras ou com pessoas que se devotam em difundir ideias comunistas ou anarquistas, assim como o fato de receber, arrecadar ou fornecer fundos destinados diretamente à propagação das referidas ideias (PIERRE-CHARLES, 1973, p. 151).

Embora a linguagem abertamente ferrenha e beligerante permaneça a mesma, apesar da mudança de contexto, no caso de Duvalier, a ideia era obter o apoio do Grande Vizinho do Norte para combater um inimigo comum (“os comunistas”) de cuja força não tinham nenhuma dúvida. Quarenta anos mais tarde, essa guerra declarada contra as organizações e movimentos populares – classificados como “extremistas” – deve sua explicação primeiramente à fraqueza das lutas ideológicas, a qual permite às classes dominantes empurrarem as oprimidas nos seus últimos esconderijos sem que seja necessário maquiagem o discurso. O atual presidente da República, quando candidato, fez toda sua campanha clamando sua vontade do retorno aos tempos ditatoriais, anteriores à 1986. E foi eleito nesta base. No governo, nunca abdicou essa posição, afirmando e repetindo claramente que o exército que quer recriar terá como missão dar a mão para a polícia em casos necessários, e que será chamado a combater os levantes populares, assim como o fez a MINUSTAH, na época dos motins contra o encarecimento da cesta básica, em 2009. Quer dizer, tratar-se-á de uma versão revista e atualizada do mesmo exército desmobilizado em 1994, cuja força havia sido desempenhada apenas contra as pessoas indefesas dos bairros populares e das favelas, os operários das montadoras, os estudantes secundaristas e universitários progressistas.

Relatório Collier versus PARD

Desde 2004, o Haiti vive uma intervenção da Internacional Comunitária com a força militar da (MINUSTAH). Em 2008, os operários da indústria terceirizada (*sous-traitance*, literalmente “subcontratação”) de Porto Príncipe,

apoiados por uma forte mobilização estudantil, tomaram regularmente as ruas entre junho e setembro exigindo a publicação da lei adotada pelo Parlamento que ajustava o salário mínimo de 70 para 200 gourdes. Dado que a Associação dos Industriais Haitianos (ADIH) era, evidentemente, contra qualquer reajuste salarial, a MINUSTAH havia maravilhosamente cumprido seu papel de estabilização baixando a repressão nos manifestantes. Em um só dia, 40 estudantes e outras pessoas, inclusive não-manifestantes, foram presas.

A MINUSTAH não hesitou, de maneira alguma, em lançar bombas de gás lacrimogêneo até em hospitais ou faculdades da Universidade do Estado do Haiti, localizada na vizinhança de hospitais, até que a lei fosse revista, rebaixando a 125 gourdes o ajuste inicial. Um mês mais tarde, em outubro, um grupo de empresários, boa parte brasileiros, conduzidos pelo chefe real e PDG do Haiti, Bill Clinton, ficaram alguns dias no país em viagens exploratórias para sondarem as possibilidades de negócios oferecidas pelo local. Uma lei chamada *Haitian Hemispheric Opportunity through Partnership Encouragement* [Oportunidade Hemisférica Haitiana por meio do Incentivo à Parceria] (HOPE) permite a esses industriais produzirem no Haiti para vender nos Estados Unidos com isenção de taxa aduaneira. Sem esquecer que o salário mínimo mensal no Haiti está abaixo de 150 dólares.

Dois meses mais tarde, em janeiro de 2009, neste mesmo espírito de negócios, o Secretário geral da ONU envia ao Haiti o professor Paul Collier, do departamento de Economia da Oxford University. Paul Collier publicou um relatório que apresenta como estratégia de segurança econômica “a reconstrução da infraestrutura e a expansão de zonas francas” (COLLIER, 2009, p. 9). Não se deve interpretar mal as intenções de Collier: a reconstrução de que fala deveria ter como eixo “uma estratégia realista” (*idem*, p. 8), a qual se resume assim:

“Vastas áreas no Haiti são montanhosas. Criar uma infraestrutura para conectar populações que se encontram espalhadas nessas zonas geraria no tocante à manutenção uma carga que o país não poderia aguentar e tampouco seria racional do ponto de vista econômico” (*idem*, p. 10).

Isto é, em nenhum momento Paul Collier trabalhou com a ideia de conectar pessoas espalhadas nas montanhas, ou oferecer-lhes meios de comunicação, ligando-as com o resto do país. Por que, então, Collier acredita

que a expansão de zonas francas representa tudo que o Haiti precisa ou merece? Pois, devido à sua proximidade geográfica com os Estados Unidos e levando em conta “a garantia de acesso ao mercado norte-americano, com isenção de taxa e sem restrição de quotas” que oferece a lei HOPE, “elemento importante – o Haiti é hoje o lugar de produção mais seguro do mundo no setor vestuário” (*idem*, p. 6). E não para por aí! Collier observa outro fato igualmente fundamental:

“No setor de vestuário, o custo principal é o da mão-de-obra. O Haiti sendo relativamente pouco regulamentado, o custo da mão-de-obra aguenta perfeitamente a concorrência com a China, que constitui a referência padrão. A mão de obra haitiana não somente é barata, também é de qualidade. Com efeito, dado que a indústria do vestuário já foi anteriormente ali muito mais desenvolvida do que é atualmente, o Haiti dispõe neste setor de uma importante reserva de mão de obra experiente.” (*idem, ibidem*).

Já falamos bastante dos mecanismos pelos quais essa mão-de-obra barata foi forjada para não ter que insistir ainda mais. Para ficar só com o professor de Economia da Oxford University, destacamos que sua proposta de extensão de zonas francas no Haiti leva em conta outros elementos: 1) Desde “2007, o Haiti mergulha num clima de segurança, de democracia e de oportunidades econômicas”; 2) “a produção mundial se organiza hoje em zonas de concentração de empresas (...que assim) reduzem mutualmente seus custos”; 3) “a produção de vestuário requer pouco por parte do Estado”; e 4) “que é muito mais fácil e rápido estabelecer as infraestruturas e serviços dos quais precisa a indústria criando polos de excelência invés de tentar melhorar estas infraestruturas no conjunto do país” (*idem*, p. 12). Polos de excelência, outra maneira elegante de dizer Estados dentro do Estado!

Finalmente, lendo bem o relatório de Collier, parece que a maior exigência feita ao Estado haitiano está numa só frase: “Como a produção deve ser exportada e os fatores de produção importados, é essencial que os portos e alfândegas funcionem bem” (*idem, ibidem*). Com esse panorama, fica difícil resistir em comparar o Haiti do século XXI, desenhado pelo emissário da ONU com o Haiti do século XVII, regido pelo colbertismo. Com efeito, a nova política econômica mercantil planejada e centralizada por Colbert (Ministro da

Fazenda da França colonial) a partir de 1661, considera as colônias “um fator importante”:

“São elas que devem suprir à falta de produtos na Metrópole, fornecê-los a preços muito baixos e fornecer especialmente aqueles que o solo metropolitano é incapaz de produzir. Em contrapartida, devem absorver as mercadorias da Metrópole, os produtos da indústria metropolitana para que a balanço seja favoravelmente mantido.” (HECTOR; MOÏSE, 1990, p. 33).

Resumindo, o colonialismo oficialmente acabou para que a colonialidade, a lógica, a concepção colonial seja reforçada. As administrações autoritárias dos países centrais não existem mais para exercer seu controle direto nas periferias, porém, os controles indiretos sobre os Estados-nações da periferia – o neocolonialismo – não perderam nada de sua eficiência. Em março de 2010, dois meses depois do terrível terremoto de 12 de janeiro, as autoridades haitianas elaboram o Plano de Ação pela Reedificação e o Desenvolvimento Nacional do Haiti (PARDN). Que podemos observar? A primeira frase do documento já diz que o seu destinatário não são os haitianos, mas a Internacional Comunitária. A frase estipula:

“O Plano de Ação pela Reedificação e o Desenvolvimento do Haiti que apresentamos aos nossos parceiros da comunidade internacional constitui a expressão das necessidades a atender para que o terremoto, que abalou tão cruelmente nosso país, torne-se uma janela de oportunidade rumo a refundação do Haiti, de acordo com a expressão do Chefe do Estado.” (PARDN, 2010, p. 3).

Dois parágrafos abaixo o documento reitera: “O plano proposto se apoia num esforço coletivo de reflexão e concentração. No nível diplomático, trocas argumentadas e construtivas permitiram sensibilizarmo-nos às expectativas de nossos parceiros internacionais e explicá-los nossas escolhas para o futuro” (*idem, ibidem*).

É desnecessário dizer que a expressão “nossas escolhas” constitui uma mera falsidade. Em momento nenhum, em 2010, as autoridades haitianas tinham a escolha entre a expansão de zonas francas promovidas pelo PARDN e, por exemplo, a criação de universidades públicas gratuitas e de qualidade. Resumindo, o PARDN fez apenas o que podia fazer: atualizar o desejo de atender

as expectativas da Internacional Comunitária. Esse papel de fornecedor de mão-de-obra barata é o que a divisão internacional do trabalho atribui ao Haiti. Mera e simplesmente! Por isso, já que as expectativas da Internacional Comunitária já haviam sido expressadas no relatório Collier, o PARDN não fez senão reproduzi-las:

“A construção e gestão de grandes equipamentos e infraestruturas de produção (zonas industriais, zonas francas, etc.) ou em apoio à produção (portos, aeroportos, infraestruturas energéticas, de telecomunicação, etc.) exigem investimentos importantes e uma capacidade de gestão adequada. A parceria entre o setor público e o privado nacional e internacional será necessária. O sucesso da implementação dos polos regionais dependerá amplamente de incentivos ao desenvolvimento industrial, comercial e turístico. Neste capítulo, a lei HOPE II fornece um primeiro quadro para utilizar as vantagens comparadas do Haiti, para tirar proveito da sua mão-de-obra, a proximidade do mercado norte-americano e o saber-fazer do setor privado. (...). O Estado haitiano quer favorecer os investimentos neste setor apoiando a instalação de parques industriais e zonas francas (...).” (*idem*, p. 17).

Finalmente, se o Haiti que hoje mais de que nunca precisa de um movimento de solidariedade internacional, escolhesse confiar, de olhos fechados, seu destino nas mãos da Internacional Comunitária, não correria o risco de ser definitivamente transformado em uma (nova) colônia?

Incidências imediatas sobre o dia-a-dia

Nesta altura da discussão, há que reafirmar que para compreender as sociedades rotuladas de “em conflito” é preciso procurar compreender o mundo global em que estão inseridas, sem negligenciar, é claro, a luta interna entre as classes sociais. No entanto, o mundo moderno é movido pela lógica da colonialidade, independentemente da superpotência que conduz a dança ser Espanha, França, Inglaterra ou Estados Unidos. Para garantir seu sucesso, “a lógica da colonialidade opera em quatro domínios da experiência humana: 1) econômico: apropriação da terra, exploração da mão de obra e controle das finanças; 2) político: controle da autoridade; 3) social: controle do gênero e da

sexualidade, e 4) epistêmico e subjetivo/pessoal: controle do conhecimento e da subjetividade” (MIGNOLO, 2007, p. 36). De 1492 até hoje essa lógica pode ter sofrido mudanças nas suas expressões e seus agentes executores, mas a sua essência permanece intacta.

A concepção ocidental do mundo configura uma geopolítica do planeta que estabelece uma linha clara de divisão entre a minoria de civilizadores, evangelizadores de ontem tornados direito-humanistas, democratizadores de hoje e a massa dos marginais a serem conquistados. Desde algum tempo, especialmente desde que os Estados Unidos, a partir da Segunda Guerra, tomaram a liderança do imperialismo, não se faz mais intervenção militar para levar civilização ou evangelização, mas para levar desenvolvimento, boa governança, democracia, modernização, modernidade. Muitos acadêmicos, intelectuais e funcionários da Internacional Comunitária (Banco Mundial, FMI, etc.) professam “a modernidade como projeto inacabado” que aguarda para ser completado – o que, evidentemente, se propõem realizar. É bom destacar neste sentido, que assim como “o colonialismo é o complemento histórico concreto do imperialismo em suas distintas manifestações geo-históricas, assim a colonialidade é o complemento lógico da modernidade em seus princípios gerais” (*idem*, p. 106).

Assim, o mínimo necessário implica uma real vontade e a capacidade de fazer a triagem para não igualar apressadamente as intenções proclamadas com as intenções reais, muitas vezes tão distantes umas às outras. Isso significa dizer que a discussão não deverá ficar em cima dos meios mobilizados, mas primeiramente e antes de tudo em cima dos motivos não-declarados e não-confessáveis dos grandes “amigos” que nos “ajudam”.

Contra essa lógica, a terra do Haiti tem feito carreira como terra de resistência. A história, vista nas perspectivas dos de baixo, poderia até se resumir à resistência ou recusa das imposições de uma potência colonial/imperial (França, Estados Unidos) ou da Internacional Comunitária (através das organizações supranacionais ou das Nações Unidas). Os protestos do povo haitiano depois da descoberta da bactéria de cólera, em outubro de 2010, e sua expansão através do território haitiano, é mais uma prova. Lembramos que, de acordo com a Agence France Presse (AFP): “o famoso epidemiologista francês Renaud Piarroux dirigiu [...] um inquérito no Haiti e

concluiu que a epidemia provém de uma estirpe importada que se espalhou a partir da base nepalesa da Minustah”. Porém, o atual governo diz oficialmente que não vai processar a Organização das Nações Unidas.

Esta não é a primeira vez que a ONU importa ou trafega epidemias em países que ocupa e/ou administra. Num país como o Camboja, o número de pessoas infetadas de AIDS girava em torno de 6000 quando o país foi colocado sob o protetorado da ONU em 1991. Já no ano seguinte, 1992, o número subiu para 20 000 para alcançar 90 000 em 1995, de acordo com Kalyanee Mam, cineasta cambojana vivendo atualmente nos Estados Unidos. Enquanto o país, ainda nos anos 1960, fora conhecido como “A Pérola do Oriente” devido especialmente à sua atratividade turística e sua indústria próspera, hoje o cambojano comum depende do assistencialismo para sobreviver. A constatação é apenas um pouquinho melhor para as categorias médias:

“Os melhores empregos no país, oferecidos pelas ONGs, são concedidos aos cidadãos de países estrangeiros. Como é o caso do Haiti, os cambojanos ocupam as posições subalternas ou de segunda classe. Levando um estilo de vida melhor do que a maioria dos cambojanos, os expatriados fazem subir o preço do aluguel e dos produtos alimentares”. (CADET, 2011, p. 2).¹⁰

No Haiti, a mesma observação se aplica. E a indecência talvez se estenda ainda com maior tamanho. Na seção “Petites annonces/ Pequenos anúncios” do único diário do país, *Le Nouvelliste*, nós selecionamos aleatoriamente alguns anúncios edificantes.

- 1) “Imóvel para alugar em Delmas [...]. Imóvel de seis apartamentos de 1 a 2 quartos, podendo servir de *escritório para ONG ou residência para missionários [de ONGs]*. Mais informações, ligar [...]”. (LE NOUVELLISTE, 27 jul. 2011, p. 21);
- 2) “Grande almoxarifado de 1200m² em Carrefour Marassa (*Croix-des-bouquets*), avenida principal, incluindo escritório e garagem segurada para

¹⁰ No Camboja, esses estrangeiros - europeus na esmagadora maioria – que deixam a Europa em busca de melhor opção são chamados expatriados. Enquanto o cambojano que deixa o Camboja em busca de uma vida melhor na Europa é um migrante.

vários caminhões e carros. *Ideal para ONGs [...]*". (LE NOUVELLISTE, 11 ago. 2011, p. 37);

3) "Para alugar. Um quarto. Apartamento na Rua Thomassin, 38. Mobiliado, com água, eletricidade, WI-FI e garagem. Para informações, por favor ligar [...]. " (LE NOUVELLISTE, 26 ago. 2011, p. 26). Esse anúncio foi escrito em inglês, num país cujos idiomas são o créole e/ou francês. É para deixar a mensagem mais clara: Haitianos afastem-se!

4) "Casas e apartamentos para alugar.- Dois grandes imóveis para alugar na avenida Frères, *ideal para ONGs ou supermercado*. Casas mobiliadas para alugar em Belleville, Rua Armand Holly Pacot, Tabarre e Village Théodat. Vários outros apartamentos e casas para alugar e vender em diferentes lugares. Ligar [...]" (*idem, ibidem*);

5) "Apartamentos espaçosos para alugar em Pacot. Um imóvel de seis apartamentos. Cada apartamento possui dois quartos e dois banheiros. Bairro calmo. Varanda, garagem. \$1000.00 USD. Ligar [...]" (LE NOUVELLISTE, 28 jul. 2011, p. 27).

Só a título informativo e para facilitar a comparação, devemos assinalar que o salário maior de um professor da Université d'État d'Haïti, a maior e melhor universidade do país, é 52 mil gourdes, ou pouco mais de mil e duzentos dólares. Deste salário, 23% são descontados como impostos. Como se pode esperar que os cooperantes da ONU ajudem a oferecer um teto a mais de um milhão de novos desabrigados do terremoto em Porto Príncipe quando a própria presença deles no país ocasiona tamanha inflação nos preços do aluguel?

A cineasta cambojana resume assim a situação de seu país: "Evasão da mão de obra qualificada, colapso da indústria, degradação do sistema educativo, generalização da corrupção..." (CADET, 2011, p. 2) sem esquecer que o país conta com a presença de mais de 3000 ONGs. O Haiti conta com três vezes mais ONGs, de acordo com o ex-primeiro-ministro Jean-Max Bellerive, o qual, em fevereiro de 2010 (um mês depois do sismo) lançara a seguinte acusação contra os grandes financiadores de ONGs:

"São eles que permitem que as ONGs façam o que querem. São eles que não exigem que as ONGs prestem conta ao governo. Toda a força das

ONGs vem daqueles que as providenciam em dinheiro. Invés de lutar com 4 mil ONGs, número subido para 10 mil desde o terremoto, eu prefiro discutir com 10 financiadores principais que oferecem dinheiro a um conjunto de ONGs que criam certo grau de bagunça.” (HERVE, 2010, p. 3).

Parece que até em espaços estratégicos da administração pública haitiana operam pelo menos tantos estrangeiros como haitianos¹¹. Às vezes, dentro dos escritórios dos ministérios, a mesa de trabalho de um relevante funcionário haitiano se encontra no meio de dois tarefeiros estrangeiros. Entretanto, avalia-se que 84% dos haitianos detentores de diplomas superiores vivam fora do Haiti. Assim, mesmo com a mais generosa boa vontade, não há como se enganar sobre as tarefas reais cumpridas pelas missões de cooperação que se revezam no Haiti e que, desde o terremoto de 2010, ali se desdobram.

“Findas as ações emergenciais, quem haverá de reconhecer o Haiti como nação soberana, independente, com direito à sua autodeterminação?” (Frei Betto).

Referências bibliográficas

- BAKAN, Abigail; COX, David; LEYS, Collin. *Imperial power and regional trade: the Caribbean Basin Initiative*. Ontario: Wilfrid Laurier University Press, 1993.
- BAYLY, Chistopher A. *La naissance du monde moderne (1780-1914)*. Paris: Les Éditions de l’Atelier/Éditions Ouvrières, 2007.
- BRICMONT, Jean. *L’impérialisme humanitaire*. Québec: Lux Éditeur, 2006.
- BRISSON, Gérald. *Les relations Agraires dans l’Haïti contemporaine*. Port-au-Prince: s. ed., 1968.
- CADET, Carl-Henry. Haïti et Cambodge: un triste tableau. *Le Nouvelliste*, n. 38561, 28 de jul. 2011.
- CHOMSKY, Noam. *L’an 501, la conquête continue*. Paris: L’Herne, 2006.

11 Para ironizar sobre a presença engarrafada dos *blancs* – sinônimo de (missionários) estrangeiros – ativos no Haiti, alguns emitem a profecia que chegará um dia em que haverá tantos *blancs* em circulação nas ruas haitianas que são eles que perguntarão, surpreendidos: “Donde vem esse país que contém tantos negros?”.

- _____. *Year 501: The Conquest Continues*. Boston: South End Press, 1993.
- COLLIER, Paul., Haïti: des catastrophes naturelles à la sécurité économique. *Rapport au Secrétaire général de l'Organisation des Nations Unies*. Jan. 2009. http://www.haitimonde.com/capsules/IMG/pdf/Collier_Rapport_sur_Haiti.pdf. Acesso em: 22 jan. 2010.
- COMMISSION DE DEFENSE ET DE SECURITE NATIONALES. *Politique de défense et de sécurité nationales*. Les grands axes. Ago. 2011.
- CONSTITUTION OF HAITY. *New-York Evening Post*, 15 jul. 1805.
- DOURA, Fred. *Economie d'Haïti, dépendance, crise et développement*. Québec: Ed. Dami, 2003
- FOUCHARD, Jean. *Les marrons de la liberté*. Port-au-Prince: Editions Henri Deschamps, 1988.
- GALEANO, Eduardo. Cinco siglos de prohibición del arcoiris en el cielo americano. *La Haine*, 02 nov. 2010. Disponível em: <http://www.lahaine.org/index.php?p=48952&lhsd=3>. Acesso em: 09 dez. 2010.
- _____. Haïti : les péchés d'Haïti. *Lagaffe*. 20 jan. 2010a. Disponível em: <http://lagaffe.canalblog.com/archives/2010/01/20/16589300.html>. Acesso em: 09 dez. 2010.
- GOVERNEMENT DE LA REPUBLIQUE D'HAÏTI. *Plan d'action pour le relèvement et le développement d'Haïti*. Mar. 2010.
- GROSFUGUEL, Ramón. Les implications des altérités épistémiques dans la redéfinition du capitalisme global. *Transmodernité, pensée frontalière et colonialité globale*. *Multitudes*, v. 26, p. 51-74, 2006.
- HECTOR, Michel; MOÏSE, Claude. *Colonisation et Esclavage en Haïti: Le régime colonial français à Saint-Domingue (1625-1789)*. Port-au-Prince et Montréal: Éditions Deschamps e CIDIHCA, 1990.
- HEGEL, Georg W. F. *La raison dans l'histoire*. Paris: 10/18, 2006.
- HOBBSAWM, Eric. Préface. In: BAYLY, Chistopher. A. *La naissance du monde moderne (1780-1914)*. Paris: Les Éditions de l'Atelier/Éditions Ouvrières, 2007.
- HERVE, Jean Michel. Gouvernement Préval/Bellerive: Dans l'exclusion des bailleurs de fonds! *Haïti Liberté*, v. 3, n. 30, p. 3, 2010.
- LANDER, Edgardo. Ciencias sociales: saberes coloniales y eurocéntricos. In: LANDER, E. (org.), *La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas latinoamericanas*. Buenos Aires: Clacso, 1993.

- LEMOINE, Maurice. *Sucre amer : esclaves aujourd'hui dans les Caraïbes*. Paris: Encre, 1981.
- LE NOUVELLISTE, n. 38560, 27 jul. 2011.
_____. n. 38561, 28 jul. 2011.
_____. n. 38569, 11 ago. 2011.
_____. n. 38578, 26 ago. 2011.
_____. n. 38675, 27 jan. 2012.
- LWIJIS, Janil. *Entè /OPD: Kalfou Pwojè*. Port-au-Prince: Imprimeur II, 1993.
- MANIGAT, Leslie. Da hegemonia francesa ao imperialismo americano, In.: FERRO, M. (org.), *O livro negro do colonialismo*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004. p. 243-253.
- MIGNOLO, Walter D. *La Idea de América Latina*. La herida colonial y la opción decolonial. Barcelona: Gedisa, 2007.
- MORAZE, Charles. *La science et les facteurs de l'inégalité*. Leçons du passé et espoirs de l'avenir. Paris: Unesco, 1979.
- PIERRE-CHARLES, Gérard. *Radiographie d'une dictature*. Montréal: Presse de L'imprimerie Ggé Ltée, 1973.
- SMITH, Adam. *An inquiry into the nature and causes of the wealth of nations*. Indianapolis: Liberty Fund, 1981, 2v.
- SOARES, Gláucio Ary Dillon. *A questão agrária na América Latina*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.